

Ivone Marques Dias
Professora aposentada, Universidade
Federal do Rio de Janeiro

Duas décadas atrás, fosse esse o nome do livro em questão, estaria, pelo menos entre os historiadores marxistas ortodoxos do Brasil, lançado na vala comum do que se julgava “perfumaria”. Pois bem, passado esse tempo e repensadas as tendências da história, este singular livrinho, que aliás já tivera o texto publicado no periódico *Annales HSS* de julho e agosto de 2007, ganhou soberbas ilustrações e marcou seu espaço na visão histórico-antropológica de Schmitt, expondo um minucioso estudo dos “ritmos” na vida dos indivíduos, marcados pela data de seus aniversários.

Partindo da pergunta aparentemente banal “desde quando festejamos nosso aniversário de nascimento?”, o autor aponta para o espantoso fato de que esta celebração consiste num fato bem recente, ainda que suas raízes se inscrevam nos processos de longuíssima duração. Seu embasamento reside em Émile Durkheim e Marcel Mauss, além de outros autores que trabalham a noção de ritmo, sejam eles os ritmos da natureza, os do trabalho, os do organismo biológico e, até mesmo, as modificações desses ritmos segundo o tempo, o espaço. No entanto, tão logo corteja a sociologia e a antropologia, Schmitt inclui a historicidade nos ritmos da vida, como eles se representam, quer por escrito, quer em representações imagéticas.

Tomou como ponto de partida um documento que chamou de “autobiografia vestimentária”, de Matthäus Schwarz, descendente de mercadores de vinhos e ele mesmo diretor financeiro da firma comercial dos Fugger, de Augsburg. A fonte documental pertence ao século XVI e já foi avaliada por outros historiadores, uma vez que se trata de uma descrição pormenorizada dos trajes de Matthäus, tanto do ponto de vista textual como das fartas ilustrações que nos permitem

imaginar a importância dada a cada veste (ou “costume”, como se dizia outrora) e, particularmente, o vínculo criado por meio de novidades do acervo de vestimentas, tendo como ponto de apoio a celebração da data do aniversário do autor e outros fatos sociais importantes. Destoam do conjunto um par de imagens em que Matthäus se fez retratar nu, provavelmente em momento em que passara a considerar o despojamento frente à vida. E apenas a primeira pintura traz uma figura feminina – a de sua mãe como ele idealizava ter ela o embalado no berço. No mais, mulher alguma se destaca no conjunto, nem mesmo a esposa, de quem só conseguimos informações no *Trachtenbuch* (*Livro dos costumes*) de seu filho Veit Konrad.

Analistas anteriores a Schmitt consideraram este personalismo como um traço próprio do individualismo que o Renascimento recobrava. Porém, Schmitt não assumiu essa postura de maneira simples. Ele, braudelianoamente, preferiu embutir o “fato” e sua consequente base documental naquilo que podemos chamar de processo de longa duração.

Matthäus Schwarz, além de seu *Trachtenbuch* (*Livro dos costumes*), produziu outras obras ligadas à sua vida profissional. Nessa, particularmente, os dados referentes à sua vida são detalhados de maneira precisa e calculada. Nascido em 20 de fevereiro de 1497, compôs, com auxílio dos desenhos de Narziss Renner, um imenso livro que buscava registrar sua vida através das roupas, desde o nascimento até a velhice. Assim, formou-se um conjunto monumental de 137 imagens sucessivas de Matthäus com as respectivas descrições do momento em que as vestimentas foram usadas. Sob cada imagem, ele apontava sua idade em anos, meses e dias. O que fica perceptível é que o autor pretendia mais do que uma simples mostra de vestes; ele pretendia também fazer o registro de sua própria vida. Seria “uma autobiografia em imagens de moda” (p. 21). Assim, os acontecimentos políticos e sociais perpassam a forma e as cores das roupas. Ao tempo da ascensão de Carlos V Habsburgo, a moda espanhola de vestes negras substituiu as cores profusas do período anterior. Sendo Matthäus muito rico graças aos Fugger, ele compõe sua história de maneira regressiva. O que soube do passado foi por meio do testemunho do pai, e, a partir da morte deste em 1519, Matthäus lançou-se a este projeto, que tem início na gestação de sua mãe e prossegue até 1560, sete anos antes de sua morte. O registro passo a passo de sua vida, o luto pela morte do velho Fugger, a obtenção de título nobiliárquico das mãos do imperador Carlos V, suas andanças pelas cidades mercantis da Itália, seu casamento aos 41 anos de idade (ainda que omitisse sempre a figura das mulheres) e, por várias vezes, a comemoração do seu aniversário natalício, tudo segue o ritmo das vestes em progressão.

Mais tarde, seu filho primogênito também comporá seu *Trachtenbuch*. Através dele, saberemos quem foi a esposa de Matthäus, mas o que o *Livro dos costumes* de Veit Konrad acrescenta de mais notável é a possibilidade de obtenção de seu mapa astral. Nesse período, a astrologia, recuperada desde o fim da Idade Média, ganha forças.

O que Schmitt põe em relevo a partir dessa bela exposição é o fato de que, durante a Idade Média, os aniversários natalícios não eram lembrados (e talvez nem conhecidos), mas o que guarda importância é a data do aniversário da morte das pessoas. Então, se na Antiguidade há registros de aniversários natalícios, por que eles foram “adormecidos” e deram lugar de destaque ao aniversário da morte? É natural que outros medievalistas de pronto invoquem a desagregação do mundo antigo e sua consequente ruralização, para que, gradativamente, com a pauperização e o domínio da escrita pela Igreja Católica, os registros fossem tão precários quanto breve a vida se tornou. Essa teria sido a nossa primeira ideia, pois o homem da Idade Média tinha assumido o calendário das festas religiosas e colocava sua perspectiva de tempo no tempo da natureza. Ritmo de plantar, ritmo de colher. Resulta disso, conforme pontua Lebrun, que, mesmo na modernidade, esses tempos eram ainda guardados e neles não era possível, por exemplo, celebrar um casamento, cujas festas duravam vários dias e impossibilitavam por igual tempo as pessoas para o trabalho (Lebrun. *A vida conjugal no Antigo Regime*). Mas, na Idade Média, os pensadores da Igreja também passaram a pontificar que a morte é de fato o verdadeiro nascimento para a vida eterna. Podemos lembrar que, para a Europa da Idade Média, o que existia era a onipresença da morte. Com uma média de vida muito curta, restava pedir a Deus que a desse em uma boa hora. E, quando as epidemias chegavam – a Idade Média foi farta delas –, o medo ocupava as sociedades europeias de maneira feroz. Sem dúvida, é a isso que se devem obras que tematizavam a *Ars moriendi* (“arte de morrer”) e a *Grande dança macabra*, por exemplo. Os melhor aquinhoados pela sorte tratavam de providenciar seus túmulos da maneira mais bela, e é de se perguntar se as estátuas jacentes (como as do rei e da rainha no Mosteiro da Batalha) não eram cinzeladas de modo a não consentir ao morto outra posição que a de eternamente olhar os céus. Havia ainda que se guardar dinheiro para os ofícios fúnebres *post mortem*. Notável é o testamento da rainha dona Catarina, avó de dom Sebastião, que, tendo em sua vida como certa somente a morte, deixa farto dinheiro para velas, missas, lembranças constantes de sua pessoa, estipulando, entre tantas outras recomendações, a de manter um asilo de pobres saudáveis (sem doenças infecto-contagiosas) para frequentar as missas em sua memória. Schmitt não amplia seu trabalho com estas nossas reflexões, mesmo subentendendo que

a dimensão de recursos voltados à paz eterna merece estudos maiores e faz jus aos propósitos adiantados na obra de Le Goff, *O nascimento do Purgatório*, que trata do estabelecimento de um lugar no Além onde as graças podem ser negociadas com tranquilidade. Em *Os vivos e os mortos*, porém, o próprio Schmitt já apontara que o incremento dos relatos de aparições de fantasmas tem muito provavelmente a ver com a nova economia da salvação promovida pela Igreja, em que se espera dos vivos que trabalhem pela salvação dos mortos por meio de orações e doações.

Assim, entre o fim da Antiguidade e o princípio dos tempos modernos, partindo do pensamento de Santo Agostinho entre outros, observa-se uma tentativa de apropriação de cultos que reportavam ao paganismo. Entre eles se insere o aniversário natalício, mas, como é possível observar, nem mesmo mais mil anos de Idade Média conseguiriam fazer a humanidade europeia esquecer os velhos ritmos pagãos. Por isso mesmo, a Igreja fez apropriar-se do que lhe era apetecível em matéria de celebrações. E, quanto às categorias dominantes da sociedade, a quem se dispunha algum tipo de registro, ainda na Baixa Idade Média, havia os que, por razões astrológicas, faziam questão de traçar os caminhos futuros sob a conjunção favorável dos astros. Mesmo assim, o rei da França, Carlos V, era festejado no dia de Santa Inês, enquanto seu irmão, o duque de Berry, guardava para si o dia de Santo André, apesar de não haver comprovação de que seus nascimentos tivessem acontecido nas datas dos respectivos santos.

Para o homem comum do Medievo, havia uma data fundamental a ser considerada: o Natal, desde as estipulações do abade Dioniso, o Pequeno, em 525, era celebrado em 25 de dezembro. Levava-se ainda em conta o solstício de verão, em 24 de junho, dia consagrado ao nascimento de São João Batista. Jean-Claude Schmitt penetra com muita propriedade estas questões de fixação do calendário na parte que dedica às idades da vida. Analisando as obras de Opicínio de Canistris, o autor submete à interpretação o modelo cronológico estabelecido pelo clérigo – também autobiográfico – numa proposta de círculos concêntricos. O último dos círculos exteriores coloca o ano com 365 dias, divididos em 52 semanas, fixando o ritmo hebdomadário dos anos. A partir dessa ideia circular do tempo, ele torna possível estabelecer também as fases da vida do ser humano, da infância à adolescência, da maturidade à senectitude, isso em pleno século XIV. Cabe aqui uma reflexão que reporta a Claude Lévi-Strauss. Trabalhando etnograficamente com sociedades a-históricas, ele documenta, numa tribo bororo do Brasil, a grande festa organizada para a entrada de uma garota na puberdade. Aqui, a menarca tem um significado especial, pois introduz no mundo dos adultos mais uma criatura pronta a garantir a não extinção do grupo. E que ritmo eles conhecem? Apenas

o biológico, além do tempo da fartura de caça e pesca e do tempo de privação. A partir dessa ideia, fica claro que, para a Idade Média, o ritmo do ano que começa com a Páscoa, é marcado pelas atribuições que as estações permitem. Ou seja, o calendário medieval, ainda que pontuado por marcos religiosos facilmente registráveis, continuava atrelado ao ritmo da natureza.

Outros autores da Baixa Idade Média deixaram trabalhos cuja inquietação básica era estabelecer o ritmo e o tempo da sociedade cristã ocidental. Vamos nos limitar a Matthäus Schwarz e a Opicínio de Canistris, mesmo porque o trabalho de Jean-Claude Schmitt tem notável reprodução das imagens geradas por ambos.

No caso de Matthäus, o *Trachtenbuch* tem seu início com uma pintura de Matthäus aos 23 anos segurando um pergaminho que ostenta a data de seu aniversário de 20 de fevereiro de 1520, e ele faz a proposta de organizar seu *Livro dos costumes*. Em outro fólio, é retratada, como se fosse em 20/2/1497, sua mãe a embalá-lo no berço. Os cenários desta e outras páginas são sumários, mas chama especial atenção um quadro de Matthäus em seu aniversário de 1522, dirigindo em trajes coloridos um trenó, sobre a neve, puxado por garboso corcel. Em 1530, na data de seu aniversário, faz-se representar com quatro trajes distintos, e descreve cada um com os respectivos tecidos e modelos. Cinco anos depois, volta a se representar, desta vez mais envelhecido, trajando pesados costumes de inverno. Seu padrão de riqueza tornava possível a utilização de modelos cada vez mais sofisticados, repletos de misturas de tecido, debruados e com bastante passamanaria. São de 1539, o ano de seu casamento, as mais ricas roupas. Neste ano ele se casa e aparece vestido com pompa, mas o cenário, que inclui um papel na mão e um arbusto de fundo, omite simplesmente a noiva! Peles, veludos, damascos, sedas e calçados sofisticados marcam sua nobilitação. Agora é um homem mais velho, tem a fisionomia caída e o cavanhaque torna-se barba cerrada. Em sua nobilitação, obtida de Carlos V Habsburgo, aparece, em ricos trajes hibernais, diante de uma janela, através da qual é possível observar a torre da Igreja São João de Augsburg. Também, sua figura porta os objetos simbólicos de seu poder.

O *Livro dos costumes* de seu filho Veit Konrad tem a primeira página similar à de seu pai, segurando com os dedos o que chamaríamos de Prefácio. O que há de diferente nesta página de rosto de Konrad é um quadro astrológico que apontaria com mais precisão a data de aniversário, com a hora exata do nascimento e outros dados que pudessem ser úteis à confecção de futuros horóscopos. Se os homens da Antiguidade já haviam se preocupado em distinguir fases da vida – infância, adolescência, maturidade e velhice – e haviam estabelecido nexos entre os quatro elementos (ar, fogo, água e terra), os quatro humores do corpo (sangue, bile vermelha, bile preta e fleuma) e ainda as quatro estações do ano,

não havia dúvidas sobre um mundo organizado em absoluta harmonia. Sobre estas tentativas de explicar o nexos entre o micro e o macrocosmo, Schmitt cita as várias tradições estabelecidas, com o objetivo de repassar as considerações para o reavivamento da astrologia na história do homem do fim da Idade Média e início da modernidade. Mas o autor não se coloca quanto ao aparecimento do protestantismo que eliminaria o aniversário como homenagem ao santo do dia, ainda que lembre o testemunho de um protestante que, a cada aniversário, fazia uma “retomada analítica”, digamos assim, do ano que passou.

Naturalmente, a essência dos pensamentos antigos não se estiolou durante a Idade Média. Schmitt tem cautela com as avaliações, pois, durante o Medievo, sequer o calendário estava estabelecido no Ocidente qual está hoje (data de 1598 o estabelecimento do calendário juliano-gregoriano, que coloca o princípio do ano em janeiro, após o dia da Circuncisão do Senhor). Ele se reporta a tempos mais recentes, quando os aniversários natalícios eram próprios de cortes e nobreza. E chega ao ponto final com a comemoração do aniversário de Goethe que, em 1802, recebeu um bolo com 53 velinhas.

Assim, o autor termina demonstrando que a celebração do aniversário tem uma gênese muito lenta, num processo de longa duração que, em que pesem as marcas óbvias da época, levam definitivamente a festa para o desenvolvimento da identidade individual, da consciência do ego, de sua idade, de seu corpo e da aproximação inexorável da morte.

Belo pequeno-grande livro, *L'invention de l'anniversaire* resgata as possibilidades de se pensar o cotidiano individual longe das amarras teóricas impostas pelos chamados embates funcionais da história.

Recebido: 20/05/2011 – Aprovado: 19/09/2011.